



INCLUSÃO NA PSICOPEDAGOGIA
INCLUSION IN PSYCHOPEDAGOGYSANTOS, Solange Pereira Murici¹**Resumo**

O presente estudo tem o intuito de mostrar como a inclusão na psicopedagogia faz-se necessária no processo de aprendizagem para promover o direito a educação de qualidade a todos, vencendo os obstáculos do preconceito e da inacessibilidade. Essa pesquisa foi realizada por intermédio de pesquisa bibliográfica destacando teorias e autores importantes como Jorge Visca, Marcos Mazzotta, Nádia Bossa e Paulo Freire, com abordagem qualitativa. Concluímos que as mudanças no perfil educacional durante os anos trouxeram avanços importantes para a disseminação de conhecimento e adaptação das crianças e adolescentes no mundo educacional, a promoção da inclusão eliminou barreiras de limitações e preconceito, consequentemente trazendo progressos na acessibilidade e no desenvolvimento intelectual e cognitivo.

Palavra-Chave: Inclusão. Psicopedagogia. Educação Inclusiva.

Abstract

The present study aims to show how inclusion in psychopedagogy is necessary in the learning process to promote the right to quality education for all, overcoming the obstacles of prejudice and inaccessibility. This research was carried out through bibliographical research highlighting important theories and authors such as Jorge Visca, Marcos Mazzotta, Nadia Bossa and Paulo Freire, with a qualitative approach. We conclude that changes in the educational profile over the years have brought important advances in the dissemination of knowledge and adaptation of children and adolescents in the educational world, the promotion of inclusion has eliminated barriers of limitations and prejudice, consequently bringing progress in accessibility and intellectual and cognitive development.

Keyword: Inclusion. Psychopedagogy. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia é um campo que liga a pedagogia e a psicologia, a ciência que estuda a relação de ensino e aprendizagem. Estamos propensos a aprender a todo o momento, desde ao nascimento até o fim da vida, a psicopedagogia pode atuar

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Pós-graduada em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais pela Faculdade FaSouza. Professora da Rede Municipal de Lauro de Freitas-Bahia. solangepereiramuricisantos@gmail.com

não só nos distúrbios de aprendizagem, mas também no processo natural como facilitador e incentivador na retenção de conhecimento em todas as faixas etárias da vida. Assim como a aprendizagem, as dificuldades relacionadas poderão aparecer em várias circunstâncias, interferindo no avanço da capacidade cognitiva do indivíduo.

De acordo com o dicionário, a definição de aprender é a capacidade de adquirir algum tipo de conhecimento, porém o desenvolvimento dessa capacidade de forma autônoma e eficiente vai além da “apreensão” de conteúdo, corresponde com a capacidade de pensar, de questionar, de organizar e compreender a interseção do saber, da adaptação a novas situações e desafios. Aprender a aprender evidencia a ideia de construção, vai além da progressão e etapas a serem vencidas, o conhecimento tem que ser um meio e não um fim, para trazer ao sujeito a noção de processo, da possibilidade de desenvolver habilidades e atitudes, as quais lhes permitirão condições de uma aprendizagem mais efetiva, mais construtiva.

Com isso surgiram as escolas, um lugar de repasse de informações feita somente para pessoas privilegiadas, seja de condições financeiras, de saúde ou de tempo, os métodos ortodoxos impunham punições (vista como disciplinação) severas e constrangedoras para os alunos que tivessem qualquer dificuldade de aprendizagem ou mal comportamento, baseavam-se em humilhações e castigos físicos.

Apesar do acesso às informações e saberes não se limitar só ao ambiente escolar, hoje notado pelo avanço tecnológico e social, a escola tem papel fundamental para a construção de um saber autônomo, em que o indivíduo se mostre capaz de criticar e organizar o conhecimento relevante para si mesmo. Ainda hoje, vemos alguns traços de incompreensão e preconceito no meio escolar, as disfunções psicológicas ainda podem ser vistas como rebeldia, indisciplina e preguiça havendo dificuldade na identificação, diagnóstico e tratamento, além das dificuldades de acessibilidade de alunos com disfunções físicas, por isso é cada vez mais necessário o profissional psicopedagogo no meio escolar.

Houve várias modificações no processo educacional ao longo dos tempos, no que tange os aspectos inclusivos, sucedeu de grandes lutas e conquistas para que pessoas com deficiências pudessem ser incorporadas nos meios educacionais, ainda

hoje é visível esse desenvolvimento e os problemas que o cerca. A psicopedagogia assume um importante papel no movimento de inclusão, essa deve buscar a igualdade dos educandos, a equidade de ensino e metodologias e didáticas que atendam as necessidades de todos. Ao reconhecer as dificuldades do sistema de ensino, é necessário criar alternativas para superá-las, contemplando não só o meio escolar como influenciando comportamentos sociais para permitir uma realidade inclusiva e respeitosa.

Para o embasamento desses temas iniciado será realizada uma pesquisa bibliográfica com base nas palavras chaves, trazendo vários autores relevantes como: Jorge Visca, Marcos Mazzotta, Nadia Bossa e Paulo Freire que foram contribuintes importante da psicopedagogia no Brasil e no mundo. O trabalho pretende responder à pergunta investigativa: Qual a relação da psicopedagogia com a inclusão e como ambas podem traçar caminhos para superar as dificuldades de aprendizagem? Por meio dessa análise, este trabalho tem o objetivo de relacionar a influência da psicopedagogia no processo de inclusão educacional no Brasil.

Para a elaboração, os métodos realizados são a pesquisa bibliográfica e a bibliografia online, a abordagem qualitativa tem como objetivo compreender o objeto da pesquisa. Os temas relacionados foram importante subsídio para a construção deste trabalho, que trata desde as mudanças no cenário e nas metodologias educacionais, o enfrentamento nas dificuldades na aprendizagem, o processo de inclusão e a contribuições que o profissional psicopedagogo pode realizar na ambiência escolar no ensino-aprendizagem de forma significativa, desenvolvendo no aluno suas potencialidades diante das diversidades.

A PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia surge a partir das novas demandas da sociedade e das transformações históricas e sociais na educação que as mutações evolutivas da sociedade têm se evidenciado. O profissional busca ajudar a identificar e solucionar os problemas de aprendizagem, o fracasso escolar, a formação continuada dos

professores e novas metodologias e estratégias que buscam a continuação e facilitação da aprendizagem.

Manifesta-se no meio escolar para suprir as demandas que surgem onde a educação antiga não é capaz de acompanhar as mudanças sociais. Não busca somente a memorização dos conteúdos, mas atua no desenvolvimento de competências e habilidades do ser humano, que por si só é protagonista do seu próprio conhecimento, isso quer dizer que ele tem um papel ativo na construção do próprio aprendizado (PEREIRA, 2010).

A metodologia linear tradicional baseado em progressão de idades e etapas funcionou durante séculos e funcionam até hoje, realmente há uma ordem para a transmissão de conhecimentos diversos, porém atualmente entende-se que o aprender sob uma perspectiva mais dinâmica e mais eficaz, pois o indivíduo aprende melhor pensando, agindo, questionando, buscando e participando do mundo. As transformações das metodologias deram ao aluno uma educação mais inclusiva e participativa, o professor tem um papel fundamento de canal de conhecimento, com o propósito de não só passar informações e testá-la, mas também de despertar o interesse do aluno, a criar um vínculo e trazê-lo para um ambiente seguro e criativo e além disso, a notar problemas de aprendizado que podem estar interferindo no meio em questão.

As tendências pedagógicas da educação brasileira se comportam de uma maneira diferente em cada período da história, assim como o professor, o aluno, a direção da escola, as metodologias e os conteúdos de ensino. Isso acontece porque a Educação está inserida num contexto muito mais amplo que a sociedade e ao mesmo tempo em que sofre influências desta, também ratifica ou colabora para a transformação de algumas práticas sociais (SERRA, 2012).

Em suma, para cada tempo, novos desafios, Serra (2012) então conclui que a prática psicopedagógica deve, obviamente, apoiar-se em bases teóricas sólidas, mas deve também adotar um pensamento dialético e contextualizado, sob pena de se transformar em algo obsoleto para a Educação. A Epistemologia Convergente, criado por Jorge Visca (1987), integra três escolas importantes para a base dos conhecimentos psicopedagógicos: A Psicanálise, trazida por Freud, portam conceitos

da psicanálise para compreender as dificuldades de aprendizagem, considerando aspectos emocionais e inconscientes. A Psicologia Genética, criada por Jean Piaget, defende que o indivíduo passa por várias etapas de desenvolvimento ao longo da sua vida, postula que a aquisição de conhecimentos depende tanto das estruturas cognitivas do indivíduo como da interação do com seu meio (semelhante as proposições das neurociências), ocorrendo através de 4 fases (sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto, operatório formal). E a Psicologia Social, promovida pelo francês Pichon-Rivière, fundador da Escola Psicanalítica Argentina (1940), e entre suas colaborações criou a teoria de vínculo, diferente de Freud que ver o indivíduo de maneira isolada, ele afirma que o homem desde seu nascimento encontra-se inserido em grupos, o primeiro deles a família se ampliando a amigos, escola e sociedade, portanto pensa na aprendizagem centrada nos processos grupais, coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros (CABELLO, 2018).

O vínculo entre as teorias construtivista, estruturalista e interacionista busca ver o indivíduo numa totalidade subsomática, de modo holístico. Numa análise sobre a teoria da Epistemologia Convergente, a psicopedagoga Rosemeire Castro (2021, p. 1) resume:

Construtivista, segundo o autor, porque tanto sujeito quanto conhecimento vão sendo construído por etapas, a partir de sucessivas sínteses entre o que já se sabe e novas aquisições. Estruturalista, porque a construção que está surgindo é uma estrutura total, envolvendo a dimensão cognitiva e afetiva de forma interatuante, frente aos desequilíbrios. E é interacionista, porque para se construir uma estrutura é necessário haver interação com o outro e com o meio.

Visca (1987) aborda que aprendizagem depende de uma estrutura onde envolva o cognitivo/afetivo/social, nas quais estas sejam indissociavelmente ligadas a alguns aspectos desses três elementos, desse modo a inteligência vai se construindo a partir da interação do sujeito e as circunstâncias do meio social. A proposta de integração e interdisciplinaridade dessa teoria na ótica de matriz diagnóstica busca investigar o sujeito identificando os problemas de aprendizado seja ele de caráter

primário ou associada a distúrbios psico-neurológico, levando em consideração sua individualidade e complexidade, assim como o grupo o qual ele está inserido.

Entendendo que as pessoas são diferentes, o processo de aprendizado delas também se divergem, levando em consideração várias nuances da interface humana, a psicopedagogia buscar avaliar, facilitar e melhorar o aprendizado nivelando o conhecimento para o melhor desenvolvimento cognitivo (NEPOMOCENO, 2020). Daí a necessidade de um campo de pesquisa que compreenda a temática dos educandos, o que amplie o campo de atuação do psicoeducador, não só trabalhando com pessoas com deficiência, mas também prevenindo possíveis dificuldades e orientando, apoiando e formulando o desenvolvimento global, com estratégias de assuntos de aprendizagem.

A busca para a resolução de problemas passa por etapas no processo de inclusão como a necessidade da identificação de problemas psicossociais que levam a dificuldade de aprendizado, seja motivado por questões sociais, culturais, psicológicas, patológicas ou adaptativas (BRASIL, 2006). O reconhecimento desse detrimento leva a busca da identificação da etiologia procurando perceber o sentido cognitivo, afetivo e social de cada questão, bem como a interseção entre esses elementos.

O conceito científico da psicopedagogia baseia-se em teorias, abordagem e intervenções psicopedagógicas, mas também entende como a escola é um espaço político democrático formador de cidadãos. As mudanças no contexto educacional não vêm de um processo simples, portanto, o melhor a ser feito é o trabalho em equipe, com a colaboração com todos que fazem parte da escola, como professores, gestores, alunos, família (ou rede de apoio), equipe técnica, regulamentação subsequente, buscando a minimização das dificuldades que estão no contexto escolar.

O LONGO PERCURSO PARA A INCLUSÃO

A educação era privativa das pessoas sem deficiências, pois essas eram consideradas ameaças ao sistema social e de ensino, sendo obstáculos que prejudicariam a aprendizagem dos demais alunos, sem acesso ao meio escolar, elas

eram vítimas de uma exclusão total. Esse cenário mudou processualmente, ocasionando no surgimento de instituições especializadas em educar pessoas com deficiências, dando início assim a educação especial. A organização de serviços para os deficientes cegos, mentais, surdos ou físicos começou ainda no século XIX.

A educação especial, ensino totalmente voltado para alunos com deficiência, surgiu primordialmente no Brasil em instituição de saúde e lugares especializados, com médicos e pedagogos (por iniciativa própria) acreditando que era possível educar e alfabetizar essas pessoas que eram vistas com inutilidade para a sociedade, então há poucos registros oficiais, mas alguns institucionais de hospitais (como Santa Casa da Misericórdia) e instituições filantrópicas (ROGALSKI, 2010). Reiterando que esse processo estava inteiramente ligado as questões sociais, é importante ressaltar a posição estereotipada da sociedade para com as pessoas com deficiência, antigamente denominada os “excepcionais”, então os espaços tanto educacionais (escolas e universidades) como mercado de trabalho não eram ao menos alcançáveis a essa população, quanto mais acessíveis, impossibilitando sua inserção na sociedade.

No Brasil, ainda na época do Império, foram vistas algumas iniciativas isoladas no atendimento às pessoas com deficiência na criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Posteriormente, no início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi em 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008).

Por volta de 1950 começou o interesse político em educar essa população, seguindo modelos internacionais (EUA e Europa), ainda por meio de escolas especializadas. Os registros históricos indicam que algumas campanhas foram criadas pelo Ministério da Educação, por meios de incentivos financeiros, como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB) em 1957, instalada no INES.

A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão criada em 1958, vinculada ao IBC, dois anos depois, o nome da campanha foi alterado para Campanha Nacional para a Educação dos Cegos (CNEC). A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe), em 1960, por influencia a movimentos liderados pelo APAE. O objetivo das campanhas brasileiras era promover a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças antigamente denominadas “retardadas” (BRASIL,1997).

O avanço da psicologia e das novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação para a concepção da linha psicopedagógica que ressalta a importância da escola, enfatizando sobremaneira os métodos e as técnicas de ensino. Mazzota (1999, p. 53), iniciou um estudo detalhado entre 1957 e 1993 procurando compreender e explicar as propostas relativas à Educação Especial dessa época, apontava que “uma das principais tendências da educação especial no Brasil tem sido a ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas”. Silva (2012) avalia que antes da década de 1960, as classes especiais existentes eram predominantemente particulares e, por serem pagas, dificultavam o acesso de pessoas com deficiência pertencentes às classes baixas. As desigualdades da sociedade refletem até os dias atuais, de acordo com o Inep/ MEC (2020), existe relação entre a renda domiciliar per capita e a escolarização da população com deficiência – a proporção de alunos com deficiência que frequentam a escola é maior entre a parcela mais rica da população do que entre a população mais pobre (BRASIL, 2022).

O que parece ser o começo do movimento de inclusão, iniciou com interesse financeiro, depois da crise do petróleo, a partir de meados da década de 1970, foi necessário que o governo dos EUA reduzisse gastos internos, com isso, colocou em praxe o corte dessas instituições de educação especial, tencionando a integração dessas pessoas no ensino escolar regular. Esse modelo rapidamente se espalha pelo mundo, logo psicólogos, psicopedagogos e pedagogos começam a pesquisar e analisar os impactos dessa mudança vendo avanços, principalmente pelo alto número de matrícula desse público. Logo, no Brasil, a organização efetiva de pais, amigos e

familiares que passaram a reivindicar o direito à matrícula dos alunos com deficiência em escolas regulares (COSTA et al., 2016).

De acordo com as mudanças políticas e avanços da cidadania e do desenvolvimento do país, as leis e projeções eram elaboradas com mais apreensão ao meio social, isso quer dizer, que preocupava em atender as necessidades da sociedade de forma abrangente. Em razão disso, houve uma movimentação para a atenção das pessoas “excepcionais”, a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 dedicou um capítulo à educação dos excepcionais, nela constava:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

E na Lei nº 5.692, de 1971 que fixa as “Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” indicou como ensino regular e trouxe no art 9:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem. Precisava que as políticas públicas formuladas influenciassem a prática de mudanças reais na reforma do ensino, desde mudanças estruturais na escola, na organização, didática e metodologia do ensino, até a preparação dos profissionais que os atenderiam (BRASIL, 2008).

Apesar dos avanços históricos acima citados, surge então um paradigma, a transição da teoria para a prática, a ideia da inserção dessa criança com deficiência na sociedade traz consigo a irresponsabilidade da escola, pois essa se mantinha inalterada, posto a obrigação do aluno com esforço próprio se adaptar ao ambiente,

visto que esse não tinha compromisso de adaptar-se as necessidades destes alunos. Apesar da Constituição Federal Brasileira (1988) preconizar a educação como direito de todos, assegurando uma série de direitos sociais, o acesso a esses meios ainda se tornavam dificultoso, exigindo reformas nos sistemas educacionais para alcançar uma educação de qualidade e de forma inclusiva.

A Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994 foram iniciativas que visaram universalizar o acesso à educação, promover a equidade, expandir o conceito de necessidades educacionais especiais, e afirmou o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, considerando a “educação um direito de todos” (CARVALHO, MIGUEL, 2022). Posteriormente a essas mobilizações nacionais sucedeu cada vez mais avanços práticos, houve uma nova mentalidade de integração e iniciou um processo de inclusão, numa ação educativa que assegura atendimento diferenciado e para todos, reconhecendo as adversidades sociais e atendendo as habilidades e necessidades da aprendizagem.

Em 1989 criou a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), órgão responsável pela política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Em 1991, a legislação determina que empresas com 100 empregados ou mais reservem um percentual de vagas para pessoas com deficiência em seu quadro de funcionários, conhecida como lei de cotas teve papel fundamental para inserir essa população no mercado de trabalho. Entre outras medidas, houve a Resolução CNE/CP nº 1/2002, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Com o objetivo de qualificar adequadamente os profissionais da área para que possam ser capazes de atender à demanda dentro dos padrões aceitáveis de direitos humanos. (BRASIL, 2001). A Política Nacional de Educação Especial (2008) na Perspectiva da Educação Inclusiva teve como objetivo

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino entre outros direitos.

As leis existentes foram uma conquista para as pessoas com necessidades educacionais especiais, visto que garantem o direito de frequentar a escola comum e o atendimento educacional especializado, além do direito, essas iniciativas promoveram acesso e acessibilidade criando meios e investindo financeiramente nesses progressos. É evidente que haverá barreiras e dificuldades, combater toda e qualquer forma de preconceito ou de exclusão é o papel de todos. As lutas e progressos devem assegurar a essas pessoas - sejam deficientes físicas, mentais ou cognitivos - a garantia dos seus direitos, e a não exclusão dentro da própria escola, para tornar possível o aprendizado de maneira humanizada, satisfatória, equitativa e eficaz - priorizando o respeito às peculiaridades de cada estudante individualmente.

PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Paulo Freire (1998. p.108) “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”, entende-se que uma educação inclusiva tem relação com o trabalho com a identidade, diferença e diversidade dos seus alunos, para a construção de metodologias, materiais e processo de comunicação que deem conta de atender o que é comum e o que é específico entre eles. A inclusão escolar é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular, apta para atender as necessidades físicas e cognitivas do aluno, desde estrutura física como rampas e banheiros adaptados que garantam acesso, como estrutura pedagógica que atenda suas necessidades educacionais, dispondo dos profissionais e materiais necessários para que ocorra a aprendizagem significativa daquele aluno (CARVALHO, MIGUEL, 2022).

A prática da educação inclusiva trouxe novos desafios ao campo da educação, por isso deve ter um olhar mais cuidadoso, visando a vulnerabilidade das pessoas

com necessidades educacionais especiais. A nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais, mas além da dificuldade de acesso, como de locomoção-deslocamento, há também os problemas de aprendizado, seja por dificuldades que a própria deficiência, o bullying ou preconceito do corpo docente, ou a metodologia não favorecida para a necessidade desse aluno. Nessa perspectiva a educação inclusiva se apoia em um tripé: acesso, permanência/participação e aprendizagem. O acesso é o direito à matrícula numa escola comum, é por exemplo, poder chegar na escola e entrar nela, envolve o transporte, a estrutura física. A permanência/participação, que é a garantia de frequência à escola com recursos e estratégias que garantam a maior participação do estudante. E a aprendizagem, que é o cumprimento do papel da escola, é a promoção de acessibilidade curricular para que cada estudante tenha seu potencial aproveitado da melhor maneira, no reconhecimento de suas possibilidades e de seus limites, de modo a promover seu desenvolvimento com os apoios necessários (CAMARGO, 2017).

Inicialmente o processo de inserção de pessoas com deficiências era chamado de integração, hoje em desuso, ocorreu porque a definição equivalia à simples inserção na sociedade das pessoas que conseguem se adaptar a ela, o que gerava uma separação dentro de uma incorporação (nesse caso, a escola). A inclusão social busca de maneira geral, a inserção de todos os indivíduos da sociedade. Tendo a compreensão da Educação Especial e inclusão no ensino regular, trazemos a frente outra ótica sobre esse tema.

A perspectiva da Inclusão Escolar no ensino regular da Educação Básica não é consolidada, apresentando uma bifurcação em dois diferentes movimentos, a Educação Inclusiva e a Inclusão Total (MENDES, 2006). A vertente da Educação Inclusiva entende o papel da escola em auxiliar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos, pressupõem que todos os alunos deverão ser colocados numa única classe (sendo possível a retirada dessa criança caso promovesse benefícios educacionais), existindo a possibilidade de prestação de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados (tais como classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais), então respeitando a

singularidade e desenvolvendo a equidade as necessidades particulares do aluno seriam atendidas dentro ou fora da sala, a característica principal é a defesa do continuum de apoios às pessoas que se servem do serviço de Educação Especial, oferecendo a cada qual à medida de sua necessidade, os apoios para o processo de aprendizagem. Ela foca a atenção especial na necessidade individual do educando, individualizando processos e avaliações (LACERDA, 2021).

Já a vertente da Inclusão Total observa a escola como oportunidades que oferecem para fazer amizades, para mudar o pensamento estereotipado sobre as incapacidades e para fortalecer as habilidades de socialização, defende o atendimento de todos os alunos na escola sem distinção dos sujeitos por qualquer característica, sustenta que a sala de aula comum é o único espaço de escolarização ético, pois qualquer outra possibilidade é discriminatória, então o aluno com deficiência participaria da classe comum da escola próxima à sua residência. Entende que o aprendizado não deriva de métodos especiais, mas da diversificação de aprendizado de modo geral e não específica, inclusive, a especificidade não deve ser considerada pois não precisa. Preza também a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial, a extinção do “continuum”, visando que o antigo regime educacional deveria ser substituído por um novo desenho universal de aprendizagem, que considera várias formas de avaliações, e que seja suficiente para todos os alunos, com deficiências ou sem.

Existe um grande debate sobre essas linhas de discursão, porém atualmente ainda há necessidade das escolas especiais, pois a maioria das escolas regulares brasileiras, não se mostram preparadas para receberem e ensinarem alunos com deficiência devido a problemas de infraestrutura e formação profissional da equipe. A pretensão é que essas escolas, que têm o conhecimento da educação especial, se transformem em centros de recursos para apoiar o ensino inclusivo em todos os colégios da região, com professores itinerantes e materiais pedagógicos. Não basta aceitar alunos com deficiência na escola, é preciso trabalhar muito para o desenvolvimento de todos os alunos. As competências do professor devem atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos, que perceba seus interesses, que busque parcerias com as famílias e os voluntários da comunidade,

que desenvolva atividades de gestão na escola (UNESCO, 1994), e assim se manifesta a necessidade da formação continuada. Além disso, a participação do corpo docente, da família, e a intervenção psicopedagoga é importantíssimo para o desenvolvimento das habilidades e competências do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revela-se que as conquistas e avanços obtidos depois de segregação e exclusão social foram alcançados por muita luta social e transformações na estrutura educacional do país, e mesmo a educação inclusiva ter conquistado grandes avanços, ainda é possível identificar vários desafios, dificuldades e preconceito no sistema de ensino.

Diante disso fica exposto a necessidade da reformulação do sistema educacional enfatizando o fundamento da educação como direito de todos, o respeito as diferenças e a responsabilidade social da inclusão dessas pessoas como cidadãos funcionais e capazes.

Portanto, o papel do psicopedagogo contempla em repensar e criar estratégias e contribuições para a inclusão tanto no ponto de vista educacional, promovendo educação básica de qualidade no processo de construção do conhecimento dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, concomitantemente a questão social, promovendo cidadania e inclusão entre professores, alunos, família e sociedade para um processo inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Deficiência Mental. Erenice Natália Soares Carvalho (Org). Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Biológicas E Da Saúde Instituto De Biociências. Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial MEC SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República.v. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

BRASIL. Todos pela Educação. Educação Inclusiva: Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais E Federal. s. 1. ed. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2022.

BOSSA, Nádya Aparecida. *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

CABELLO, Carlos Alberto de Souza. Teoria do vínculo de pichon-rivière ao ambiente da sala de aula de hoje. Publicado no *Psicologia.pt*. 2018.

CARVALHO, Sandra Maria Souza de; MIGUEL, Marcelo Calderari. Transformação da Educação Inclusiva na perspectiva da Psicopedagogia educacional. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 28, 2022.

CASTRO, Rosemeire. O Papel da Psicopedagogia (2021). Portal Neuro Ensino. Disponível em: <https://www.portalneuroensino.com.br/o-papel-da-psicopedagogia/> Acesso em: 28/07/2024.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1–6, jan. 2017.

COSTA, Denise Ferreira da et al. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de Paradigmas. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, ano MMXVI, N°. 000092, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 1998.

LACERDA, Lucelmo. Inclusão Total e Educação Inclusiva. Luna Aba. São Paulo, 2021.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação. V. 11, n 33, 2006.

NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. O psicopedagogo no contexto escolar e o processo de aprendizagem, qual a relação? Revista Educação Pública, v. 20, nº 47, 2020.

PEREIRA, Débora Silva de Castro. O ato de aprender e o sujeito que aprende. *Constr. psicopedag.* [online]. ISSN 1415-6954, vol.18, n.16, pp.112-128. 2010.

PORTO EDITORA – *aprender* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-08-01 17:00:50]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/aprender>

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. REI- Revista de Educação do IDEAU. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010.

SERRA, Dayse Carla Gênero. Teorias e práticas da Psicopedagogia Institucional. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SILVA, Katia Cilene Da. Introdução à Psicopedagogia. Curitiba: InterSaberes, 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1994

VISCA, Jorge. Clínica Psicopedagógica: Epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.